

ARTIGO

INVENTÁRIO TURÍSTICO: SUA IMPORTÂNCIA PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BOA VISTA/RR

Resumo

O artigo aborda a importância do inventário turístico para o desenvolvimento do local da capital Boa Vista/RR e a necessidade de avançar na perspectiva da regionalização do turismo, considerando alguns dados estatísticos levantados pela FETEC - Superintendência de turismo de Boa Vista/RR, realizado por meio de formulários turísticos disponibilizados pelo Ministério do turismo. É uma pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo com levantamento de banco de dados. Os procedimentos metodológicos estão organizados em três etapas: a fase exploratória, a fase da coleta de dados e a fase de análise e interpretação. O levantamento da oferta turística do município de Boa Vista e sua análise, sobre a visão e expectativas do inventário pode ajudar a compor formas e instrumentos que contribuem para o desenvolvimento local a partir da oferta turística existente no município.

Palavras-Chave: Inventário turístico; regionalização do turismo; desenvolvimento local.

Abstract

The article discusses the importance of the tourist inventory for the development of the capital Boa Vista / RR, and the need to move ahead with the regionalization of tourism, considering some statistical data collected by FETEC - Tourism Superintendence of Boa Vista / RR. Tourist forms provided by the Ministry of Tourism. It is a qualitative research, with exploratory and descriptive approach with survey of database. The methodological procedures are organized in three stages: the exploratory phase, the data collection phase and the analysis and interpretation phase. The survey of the tourist offer of the municipality of Boa Vista and its analysis on the vision and expectations of the inventory can help to compose forms and instruments that contribute to the local development from the existing tourist offer in the municipality.

Keywords: *Tourist inventory; Regionalization of tourism; Development.*

* Professora no Centro Universitário Estácio da Amazônia. E-mail: jordanacavalcante@hotmail.com

1. *Introdução*

A importância do inventário turístico para o desenvolvimento local dos municípios de Boa Vista é mostrado a partir das informações obtidas em banco de dados. O inventário realizado trará subsídios para análise do mesmo, onde poderemos de forma sucinta fazer um levantamento da oferta turística do município.

A implantação do Programa do Inventário da Oferta Turística no município de Boa Vista é uma prática realizada desde 2005, onde foi realizada pela FEATEC superintendência de Turismo da prefeitura municipal de Boa Vista. Em 2009 foi realizado o primeiro inventário junto a parceria com o Ministério do Turismo e a prefeitura. O Departamento de turismo realizou o inventário no município de Boa Vista, porém os dados coletados foram superficiais, sendo o da prefeitura mais detalhado.

O inventário turístico descreve o potencial de uma região, que através do levantamento de dados ocorre a identificação. Esse registra a oferta turística na qual ajuda a ter mais um instrumento de análise de informações sobre a localidade a fim de realizar novos projetos e planejamento e gestão das atividades turísticas realizadas pelo município. Assim, o inventário irá auxiliar a converter a realidade local usufruído da oferta turística para auto-organização dos sistemas locais de produção.

Desse modo, será feita uma análise do inventário realizado pela superintendência, considerando as oferta turística oferecida a partir dos resultados alcançados conforme o que já está sendo realizado e o que há de novo, avaliando as atividades existentes.

Por fim, busca-se analisar a importância do inventário como instrumento de desenvolvimento local sob a ótica do que o município oferece ao turista que aqui chega.

2. *Turismo: região e regionalização do turismo*

Segundo Oliveira (2009) região é uma área do espaço geográfico, constituído por um conjunto de lugares vizinhos e similares entre si ou relacionados uns como os outros. A região seria um espaço vivido de reconhecimento coletivo, marcado pelas relações dos homens com o seu ambiente, por intermédio dos laços culturais, o que promoveria uma espécie de coesão simbólica como afirma Frémont (1980).

Para compreender o conceito de região, faz-se necessário entender primeiramente o território, sendo assim:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) e, qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente... O ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN 1993, p. 45).

Essa perspectiva apontada por Raffestin (1993), torna-se essencial para compreensão das discussões contemporâneas acerca da regionalização.

A região e regionalização estão diretamente relacionadas aos interesses dos agentes envolvidos nos estudos regionais, sendo esses interesses difusões em decorrência da concepção teórica que orienta o trabalho. Dessa forma, entra o conceito de regionalização em turismo que surge como proposta de política pública de turismo onde significa olhar além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada.

Propõe assim, um olhar a região, e não mais o município isolado. Dessa maneira busca-se um maior aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos a fim de que se possam designar classes e oportunidades para mostrar-se e estruturar novos destinos turísticos, distintos, competitivos e de qualidade.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo (BRASIL, 2004). Dessa forma, adotou-se o conceito de região turística como referência espacial, na qual se inserem os produtos turísticos.

Assim, a partir dessa compreensão sobre região e regionalização do turismo, constatou-se que a integração de municípios em uma região turística seria a melhor forma de incluir no processo de desenvolvimento os municípios que sempre ficaram à margem da implementação de políticas públicas.

Portanto, por meio do desenvolvimento local, esses municípios podem se beneficiar do turismo e suas respectivas localidades. Dentro desses conceitos, para usufruir do turismo como alternativa de desenvolvimento local, junto as ações do Programa de Regionalização do Turismo, há o Projeto de Inventário da Oferta Turística que surge para melhor mapearmos esse potencial turístico existente em cada canto do país.

3. Inventário da oferta turística no Brasil

O inventário turístico é um importante componente do planejamento do turismo, assim sendo, ao realizá-lo, devem-se descrever os atrativos, seu estado de conservação, o que oferecem categorias entre outro, tendo como objetivo registrar

os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, sua infraestrutura, servindo assim como base de apoio para o planejamento e gestão da atividade turística em uma localidade.

Conforme se lê em Embratur (2011), o inventário da Oferta Turística pode ser entendido como o resultado do levantamento, da identificação e do registro dos atrativos, dos serviços e dos equipamentos turísticos e da infraestrutura de apoio ao segmento. Tem a finalidade de servir como instrumento solidificador das informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística.

O processo de inventariação turística foi iniciado na década de 1960, quando, oficialmente, o espaço territorial do país recebeu seu primeiro mapeamento turístico, tendo como base experiência internacionais. Em 1979, a Embratur trabalha a Identificação do Espaço Turístico Nacional, Em 1980 começa os estudos para elaborar metodologia do processo de inventariação turística. Então três documentos são intitulados “Inventário da Oferta turística”, em 1980, 1984 e 1993, no qual realizaram inventário em várias partes do país.

A chegada do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em meados da década de 1990, traz novas propostas de metodologia para a inventariação. Em 2001, a Embratur oferece, ainda, cursos para a capacitação de coordenadores nacionais e estaduais com o objetivo de implementar o processo de inventariação no País.

Com a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003, detecta-se a necessidade de readequar as estratégias de inventariação da oferta turística vigente até então ao novo modelo de desenvolvimento proposto para o turismo no país (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

No período do ano de 2005 a 2007, o Ministério do Turismo, em parceria com 10 instituições de ensino do Turismo no Rio Grande do Sul, implantou o Projeto-piloto de Inventariação Turística, tendo como cenário alguns municípios do Estado, no ano de 2007 essa metodologia começou a ser respondida pelo País.

Em 2007, o Ministério do turismo cria o Plano Nacional de Turismo (PNT) de 2007 a 2010, onde se insere-se no programa a inventariação da oferta turística que compreende levantamento, identificação e registro dos atrativos, dos serviços e equipamentos e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade. O projeto embasa-se em uma metodologia oficial para inventariar a oferta turística no País, constituindo um banco de dados de abrangência nacional.

O Projeto Inventário da Oferta Turística já está sendo implementado no País e, inicialmente, desenvolve ações em regiões e roteiros turísticos priorizados. Propõe-se reunir todas as informações em um único banco de dados e disponibilizá-las a todos os interessados.

Assim, foi desenvolvido o INVTUR (Sistema de Inventariação da Oferta Turística), que visa ao armazenamento e à organização dessas informações, constituindo um banco de dados de abrangência nacional (BRASIL, 2004).

Em 2008, foi realizada uma parceria com a Universidade Federal do Paraná para a realização do Projeto “Capacitação para realização do Inventário da Oferta Turística Nacional” (que contemplou universidades e faculdades de turismo e afins das 27 UFs). Uma nova aplicação do material foi feita em 2010, por meio do convênio firmado com o Instituto para o Desenvolvimento da Economia, do Indivíduo, do Ambiente e da Sociedade – IDEIAS, no estado do Rio de Janeiro (Petrópolis, Armação dos Búzios e Parati), desta vez aportando contribuições de outras metodologias aplicadas no país.

Em 2011, após o 6º Salão do Turismo e foram substituídos os materiais do Inventário da Oferta Turística, e está com uma nova metodologia. Sendo assim, com a criação do inventário da Oferta Turística como forma sistemática de coleta de dados gerais, esse apontam estratégias para o dimensionamento da oferta turística, tanto no que diz respeito à sua infraestrutura, quanto na segmentação da oferta turística. Fatores esses, de fundamental importância para o planejamento do turismo de maneira que o norteia para identificar as potencialidades de uma localidade para o desenvolvimento do turismo em uma região.

Assim, o Plano Nacional de Turismo incentiva os municípios a criarem políticas de descentralização, fomentando atividades turísticas para o desenvolvimento local e regional.

No entanto, para que tais atividades turísticas possam ser executadas, os inventariantes e envolvidos, precisam dispor de informações que embasem confiabilidade e assegurem o um bom processo de planejamento.

4. Breve histórico do inventário de Boa Vista/RR

O primeiro inventário realizado no município de Boa Vista/RR ocorreu em meados de 2002, realizado junto ao Departamento de Turismo do Estado de Roraima com a consultoria da Doutora e professora Doris Ruschmann, porém não há registros físicos sobre o mesmo.

O Departamento de Turismo do Estado continuou catalogando e inventariando os municípios do Estado, porém o foco do estudo é descrever e analisar o inventário turístico do município de Boa Vista/RR, realizado pela Superintendência de Turismo da Prefeitura de Boa Vista a partir de 2009 quando oficialmente começou a ser realizado o inventário da oferta turística com o Ministério do Turismo e sua metodologia.

Antes disso, a Prefeitura Municipal de Boa Vista, especificamente a Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista realizaram o primeiro inventário do município de Boa Vista no ano de 2005, quando contrataram a consultoria da empresa Indústrias Criativas.

O segundo inventário foi atualizado no ano de 2007 pela mesma empresa, para realizar futuros planejamento de marketing para divulgar o município em todas as partes do país, principalmente em feira e eventos do turismo que foi realizado em várias partes do país.

No entanto, o primeiro inventário realizado oficialmente pelo ministério do turismo juntamente com o Estado e município, começou no ano de 2009 quando o governo Federal implantou todo o projeto de inventário da oferta turística em todos os Estados do país. O inventário da oferta turística do município de Boa Vista/RR catalogado no de 2009 foi atualizado no ano de 2011, esse será analisado nessa pesquisa. Já no ano de 2012, até o início do segundo semestre ainda houve atualização do mesmo.

5. Oferta turística do município de Boa Vista/RR

O inventário da oferta turística como foi descrito anteriormente, é um processo de levantamento, identificação e registro de atrativos turísticos, dos serviços, equipamentos turísticos, e da infraestrutura de apoio ao turismo como instrumento base de informações para fins de planejamento e gestão da atividade turística de uma localidade, sendo esse importante instrumento de desenvolvimento local.

A classificação da oferta turística segundo Ministério do Turismo (2011), estão organizadas de acordo com três componentes: Infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos e atrativos turísticos, esse divididos em tipos e subtipos, no qual facilita a inventariação turística.

5.1 *Infraestrutura de apoio ao turismo*

O módulo “A” que vai do formulário 01 ao 07, para a Embratur (2011), representa a infraestrutura de apoio do turismo, que é discriminada no conjunto de obras, de estrutura física e serviços, que proporciona boas condições de vida para a comunidade e dá base pra o desenvolvimento das atividades turística: sistema de transporte, energia elétricas, serviços de abastecimento de água, arruamento, sistema de comunicação, sistema educacional etc.

No município de Boa Vista/RR, os dados levantados estão intrinsecamente inseridos em levantamentos realizados pelo o IBGE. Sendo que o município não realizou a catalogação desses dados diretamente. Dessa maneira, os dados analisados nesse artigo serão realizados a partir de dados fornecidos pelos órgãos acima citado.

No município de Boa Vista, conforme o Ibge (2010), o número de domicílio permanentes, por existência de água canalizada e forma de abastecimento de água, afirma que 98,42% possuem água e apenas 1,58% não possuem.

Os domicílios permanentes que possuem existência de telefones mostra que 93,52% dos domicílios possuem telefones, porém 1,59% possuem somente telefone fixo; 62,5 % somente celular; 29,43% possuem telefone fixo e celular e 6,48% não tinham.

Quanto aos domicílios particulares permanentes que tinham energia elétrica de companhia distribuidora, por existência de medidor do consumo de energia elétrica 93,86% possuem e 6,14% não possuem.

Os domicílios particulares permanentes, por situação do domicílio e existência de banheiro ou sanitário e número de banheiros de uso exclusivo do domicílio, segundo o tipo do domicílio, a condição de ocupação e o tipo de esgotamento sanitário, na rede geral de esgoto ou pluvial do município mostra que 18,68% possuem; sendo que 36,7% tem fossa séptica; 42,14% fossa rudimentar; 0,36% vala; 0,02% rio, lago ou mar; 1,31% outro tipo e 0,79% não tem.

Percebe-se que as características de infraestrutura básica em termos estatístico são de grande importância, pois apresentam em sua maior porcentagem, dados positivos que atentam a necessidade básica de infraestrutura para o receptivo no município.

5.2 *Serviços e equipamento turísticos*

No inventário realizado pela prefeitura no módulo “B” que segue dos formulários 08 ao 14 aborda serviços e equipamento turístico, que fala acerca da área num conjunto de serviços, edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e os equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transportes, para eventos, de lazer e entretenimento e etc.

A indústria hoteleira é um dos elementos básicos das infraestruturas turísticas e constitui um fator essencial para o desenvolvimento local e turístico de um município.

O regulamento geral de meios de hospedagem define empresa hoteleira no art. 2º:

Art. 2º - Considera-se empresa hoteleira a pessoa jurídica, constituída na forma de sociedade anônima ou sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que explore ou administre meio de hospedagem e que tenha em seus objetivos sociais o exercício de atividade hoteleira.

No formulário 08, descrito na categoria B1, estão subdivididos e catalogados e segundo o manual de inventário do Ministério do Turismo do ano de 2006, esse pertence as categoria de hospedagem, subdivido em hotéis, motéis e pousadas.

Segundo Fetec (2011), há inventariados 18 (dezoito) hotéis, 2 (duas) pousadas e 6 (seis) motéis. Esse número é um demonstrativo médio hoteleiro no município uma vez que há um grande número de empresa hoteleira que abrem e fecham regularmente e outras não são cadastradas no sistema, pois não atendem o pré-requisito do inventário.

Já no formulário 09, descrito na categoria B2, relata o quantitativo de serviços e equipamentos para gastronomia, onde segundo a Fetec (2011) há 61 (sessenta e um) estabelecimentos registrados no sistema. Estão definidos nos subtipo como em “alimentação” como serviços remunerados prestados por estabelecimento que oferecem ao turista refeições, lanches ou bebidas e demais serviço complementares, diferenciados entre: restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, cervejarias, quiosques, barracas, sorveterias, casas de suco e outros (INVTUR, 2011).

Do mesmo modo que foi analisado nos meios de hospedagem há mais estabelecimentos gastronômicos, porém muitos não atendem ao critério estabelecido pelo formulário ou não quiseram dá entrevista.

Dessa forma, o serviço de alimentação faz parte da oferta turística de um município, proporcionando ao turista mais uma alternativa para se deslocar até determinada localidade. Pois, o valor cultural da culinária local e pratos típicos, desperta a curiosidade do turista. Equivale em turismo um dos valores intangíveis de uma determinada localidade.

No formulário 10, descrito na categoria B3, relata os serviços e equipamentos de agenciamento de um município.

As agências de viagens são definidas por Acerenza *apud* Dantas (2002, p. 31):

Empresa que se dedica a realização de acordos para viagens e a venda de serviços avulsos, ou organizados em forma de pacotes, em caráter intermediário entre as empresas chamadas a prestar os serviços e o usuário final, para fins turísticos, comerciais ou de qualquer outra índole.

A legislação em vigor, ditada pela Embratur na Lei 6.505/75 e no Decreto 84.934/80, regulamenta no país dois tipos de Agências: as agências de viagens e agências de viagens e turismo, tal legislação as diferencia da seguinte forma:

As Agências de Viagens podem operar (planejar, organizar e executar) excursão Nacional (aéreo e rodoviário) e para a América do Sul; e as Agências de Viagens e Turismo podem operar para qualquer parte do mundo.

Para Tovar *apud* Dantas (2002, p. 37) “as Agências de Viagens são empresas que se dedicam profissionalmente e comercialmente à mediação e à organização de serviços turísticos”.

Em Boa Vista há 19 (dezenove) agências de viagens, sendo 11 (onze) emissivas, 7 (sete) trabalham com o serviço de emissivo e receptivo, e 1 (uma) é exclusivamente receptiva (FETEC, 2011).

Essas se enquadram no conceito de agenciamento que segundo Invtur (2011), são serviços remunerados prestados por estabelecimentos comerciais, constituídos com o objetivo de desenvolver, com exclusividade, as atividades de produzir, vender ou intermediar a venda e as reservas de transporte, hospedagem, alimentação, eventos para fins comerciais turísticos, sob a forma de excursões, pacotes ou em separado, subdivididas em duas categorias agência de viagem e agência de viagem e turismo.

Percebe-se que a contribuição das agências para o desenvolvimento do local é indiscutível, uma vez catalogadas, traz subsídios para compreender a continuidade de vender novos produtos turísticos, sendo assim, de grande importância para a mediação entre o prestador de serviços turístico e o consumidor final, nesse caso o turista.

Além do equipamento de hospedagem e alimentação há os serviços e equipamentos para transporte, esses descritos no formulário 11 e categoria B4 onde apresentam, inventariados 4 (quatro) transportadoras de turismo, 10 (dez) locadoras de veículos, 1 (um) sindicato e 2 (duas) cooperativas de táxi.

Equipamentos de transportes, segundo a o Invtur (2011), são meios de locomoção, que podem ser terrestres (ferroviários e rodoviários), aquaviários ou aéreos. São serviços e equipamentos prestados para promover o deslocamento de pessoas, por via terrestre e hidrovía. Os serviços de equipamentos de transporte turístico têm a finalidade específica de realizar excursões, traslados e outras programações turísticas, em veículos terrestres ou embarcações, e há as locadoras, táxis entre outro, serviços que atendam a demanda turística.

O transporte turístico é o constituído por equipamentos que são regulamentados com o objetivo exclusivo para o turismo, esse transporte especializado é formado de equipamentos dos quatro meios de transporte existentes: rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo.

As atividades de transporte turístico são regulamentadas pelo Decreto nº 87.348/82, de 29 de junho de 1982, pela Resolução Normativa nº 32, de 21 de maio de 1998, e também pela Deliberação Normativa nº 246, de 03 de outubro de 1988, ambas do Conselho Nacional de Turismo, do Ministério da Indústria e do Comércio (EMBRATUR, 2006).

No âmbito do transporte turístico, a Embratur apresenta regulamentação específica de transporte de superfície. Define-as como “excursão”, passeio”, “traslado” e “transporte especial”, podendo ser por veículos terrestres ou embarcação.

Nota-se, portanto a importância dos equipamentos de transporte turístico para o desenvolvimento da local. Tendo-o como suporte básico nos serviços turísticos numa determinada localidade.

Dando continuidade, o formulário 12 na categoria B5 do inventário da oferta turística catalogam, os equipamentos para eventos, onde apresentam sua infraestrutura e serviços específicos pra a realização de congressos, convenções, exposições, feiras, shows e outros, onde estão subdivididos em centros de convenções/congressos, parques/pavilhões de exposições, auditório/salões de convenções, empresas organizadoras/promotoras de eventos e outros serviços ou equipamentos especializados (INVTUR, 2011).

Assim, para Fetec (2011), foi inventariados auditórios, salas e salões de convenções e 1 (um) Parque de exposição, precisamente os salões e auditórios que se encontram em suas dependências. Foram, no total, catalogados 25 (vinte e cinco)

auditórios, contabilizando aproximadamente 3.039 (três mil e trinta e nove) lugares, 10 (dez) salas para palestras e 4 (quatro) espaços para eventos, entre espaços públicos e privados, além de 3 (três) empresas organizadoras e/ou promotoras de eventos.

Em turismo, há o segmento de turismo de evento que ajuda a movimentar o turismo nas baixas sazonalidades, quando é apresentado um baixo fluxo de turista em um determinado local.

Para Ignarra (2000, p.37), viagem é fruto de mais uma motivação. Sendo o evento uma dessas. Assim, o segmento de turismo de eventos é uma das soluções para o aumento do fluxo de turismo num determinado, ajudando a ampliação nos atendimentos nas agências, hotéis e restaurantes, promovendo, a divulgação de vários atrativos da localidade, aumentando a renda desses empreendimentos nas baixas temporadas.

A inventariação desse equipamento torna-se importante para escolher e alocar os tipos de eventos realizados no município, de maneira que atenda a necessidade e demanda que usufrui desse serviço.

A catalogação da continuidade com o formulário 13 na categoria B6. Abrange o tema serviços e equipamentos de lazer e entretenimento. São inseridos o conjunto de instituição educacional de um município, responsáveis pelo nível de instrução da população residente e pela qualidade da mão de obra disponível para prestação dos serviços turísticos.

Portanto, inclui-se os parques temáticos, praças, clubes, associações, pistas de bicicross e motocross, estádios, ginásios e quadras, autódromos e kartódromos, boates, casas de espetáculos, cinemas, pistas de boliche, parques agropecuários ou de vaquejadas e outras instalações onde seja possível a prática de atividades desportivas e/ou recreacionais abertas ao público em geral. Esse número segundo o inventário realizado há 39 (trinta e nove) equipamentos de lazer e entretenimento Fetec (2011).

Para Camargo (1989) define lazer como qualquer atividade que não seja profissional ou doméstica: “um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizadas num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos”.

Assim, lazer e entretenimento possibilitam, nas férias divididas durante o ano, a busca pelo lazer e entretenimento, pois contribui para o bem estar da população, tanto para o receptivo quanto para o visitante que se desloca a uma determinada localidade. Tendo também nos centros de entretenimento e lazer mais uma opção de

geração de emprego e renda, gerando divisas para localidade onde estão inseridas essas atividades.

Para finalizar, há o formulário 07 na categoria outros serviços e equipamentos turísticos, que é definido como serviços e equipamento utilizados como informação, entidades e associações de prestadores de serviços turísticos, guiam de turismo, cadastrado no órgão oficial de turismo, condutores de visitantes, piloteiros, etc. Quaisquer outros serviços, equipamentos e estabelecimentos não contemplados nos itens anteriores e que sejam utilizados para fins turísticos (INVTUR, 2011).

Segundo os dados levantados, há 12 (doze) registros distribuídos entre Associações ligadas ao turismo, centro de informação ao turista e guias de turismo (FETEC, 2011).

Esses representam os recursos humanos registrados oficialmente no cadastro. Porém, sabe-se que há muito mais mão de obra, porém não são regularizados.

5.3 *Atrativos turísticos*

No ultimo módulo “C”, foi realizado levantamento da oferta turística a respeito dos atrativos naturais, culturais, atividades econômicas, técnicas, científicas ou artísticas e eventos permanentes.

O início do módulo “C” dá continuidade dos formulários a partir do formulário 15 na categoria C1, onde aborda atrativos naturais, como elementos da natureza que, ao serem utilizadas para fins turísticos, passam a atrair fluxo turístico (montanhas, rios, praias, cavernas, cachoeiras, clima, flora e fauna). Para Fetec (2011), foram identificados, 9 (nove) atrativos entre praias, balneários e bosque.

No formulário 16 na categoria C2, foram catalogadas as informações sobre atrativos culturais:

São bens e valores culturais de natureza material e imaterial produzidos pelo homem e apropriados pelo turismo, da pré histórias à época atual, como testemunho de uma cultura, representados por suas firmas de expressão; modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetivos, os documentos, as edificações e demais espaços arqueológicos, paleontológicos, ecológico e científico.

As manifestações culturais são as criações culturais de natureza imaterial que, ao serem apropriadas pelo turismo, passam a ser chamadas “atrativos”, como festas, celebrações, rituais, folguedos, jogos. Saberes e fazeres e seus produtos, músicas, dança, práticas culturais coletivas concentradas em determinados espaços, funda-

mentadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social (...) (INVTUR, 2011).

Desses, foram inseridos 10 (dez), atrativos culturais existentes no município de Boa Vista. Muito importante para divulgação e manifestação dos bens culturais da cidade.

Segundo os dados coletados pela Fetec (2011), os formulários 17 e 18 categorias C3 e C4 – atividades econômicas e atrações técnicas, científicas ou artísticas respectivamente, não possuem registro.

E para concluir análise dos formulários, o formulário 19, categoria C5: eventos permanentes é conceituado com eventos realizado que é realizado apenas na localidade e esteja pelo menos com a sua 3ª edição agendada. Assim sendo, foram identificados 5 (cinco) eventos permanentes, distribuídos entre feiras, exposições e eventos culturais.

6. Metodologia

O estudo contempla a pesquisa qualitativa, com enfoque exploratório e descritivo de banco de dados, que analisa a importância do inventário da oferta turística para o desenvolvimento local de Boa Vista/RR, dialogando com a realidade local, de forma contextualizada, retratando e descrevendo de forma sistêmica a importância do inventário para o município.

Neste trabalho, foi utilizada quanto aos fins, a pesquisa descritiva e quantitativa, quanto aos meios, a documentação indireta, através da pesquisa bibliográfica e a documental e direta através do projeto inventário da oferta turística do município de Boa Vista, no ano de 2009 a 2011.

Para Dencker (1998), a metodologia descritiva é de grande proveito para as pesquisas quantitativas, uma vez que foca em resumir, descrever e apresentar dados de outros bancos de dados existentes complementados com as pesquisas ou consulta a entidades de classes, empresas e órgãos nacionais e internacionais.

O instrumento de coleta de dados de fontes de dados secundários. Conforme afirma Mattar (2007), são aquelas que já foram coletadas, tabuladas, ordenadas e algumas vezes analisados. Especificamente falando, são chamadas de dados secundários internos, uma vez que foram coletados e catalogados com outros objetivos e estão disponíveis para consulta.

A pesquisa foi dividida em três etapas: a exploratória, a da coleta de dados e a de análise e interpretação.

Na primeira etapa foram levantados os dados do projeto inventário da oferta turística das entrevistas realizadas com responsáveis pelo conjunto de atrativos turísticos, serviços e equipamentos e toda a infraestrutura de apoio ao turismo de Boa Vista. Essa é exploratória do estudo, diz respeito às leituras de fontes primárias, que compreendem a pesquisa bibliográfica e documental referentes aos formulários estruturados que foi retirada dos bancos de dados de pesquisa já existentes foram aplicadas através de formulário cedido pelo Ministério do Turismo, por meio da Fundação de Educação, Turismo, Esporte e Cultura de Boa Vista (FETEC), através da Prefeitura de Boa Vista.

A segunda fase da pesquisa é a coleta de dados, onde uma das fontes secundárias é o conjunto de inventários da oferta turística do município de Boa Vista Inventariado. Tal fonte amplia a descrição, explicação e compreensão dos municípios.

Assim, possibilita a interpretação dos dados coletados e analisados na terceira fase, por meio do levantamento realizado.

7. Considerações finais

O desenvolvimento do local no município de Boa Vista/RR, depende da análise criteriosa do inventário realizado e de um planejamento integrado entre o trade turístico. Os dados obtidos do município de Boa Vista/RR indica o potencial turístico, apontados nos atrativos naturais, culturais, eventos programados.

Os inventários realizados são fontes de pesquisas e de subsídios para o planejamento local e regional. Arrecada informações e abre portas para a possibilidade de construção de indicadores de desenvolvimento local turístico e o acompanhamento do desenvolvimento do turismo nesses locais, a partir do monitoramento da oferta. Ainda muito incipiente, o município não demonstra informações suficientes sobre alguns dados de grande relevância para a análise.

Entretanto, é perceptível a evolução da aplicação do inventário no município uma vez que começou com consultoria e logo após foi iniciada com aplicabilidade da nova metodologia fornecida pelo Ministério do Turismo. Constata-se que o município demonstra interesse em utilizar o turismo como alternativa de desenvolvimento local. Porém, verifica-se a carências nos serviços e equipamentos turísticos, começando pela rede hoteleira, agências de viagens que trabalham com receptivo, equipamentos para eventos e serviços de transporte.

Em números, o quantitativo desses serviços é pequeno para a capital de um Estado. Tal carência ainda não foi suprimida, pois dispõem de uma infraestrutura turística pouco diversificada em relação a outros equipamentos o públicos.

Percebe-se que a participação do setor privado ainda é elementar no município. Talvez porque o setor privado espere obter um retorno muito rápido dos investimentos do governo em infraestrutura de acesso. Assim, é preciso realizar um trabalho forte de sensibilização dos empreendedores para ampliarem seus empreendimentos e enxergar o crescimento do turismo no município.

A regionalização do turismo depende do forte potencial do município para realizar a integração com outros municípios, assim propõem-se planejamentos que visem o desenvolvimento local do município de Boa Vista/RR e outros municípios do Estado.

Mas para que tal processo seja realizado é necessário oferecer a infraestrutura e serviço básico na capital, para que assim possa ser calçada a integração entre os outros municípios.

Até o presente momento, os resultados obtidos compilados pelo inventário aponta um forte potencial turístico para região, porém com algumas carências, sugere-se ampliação no processo de planejamento e organização do turismo local para uma futura integração regional entre os municípios do Estado.

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2003/2007**: Programa de Regionalização do Turismo. Brasília – DF, 2004.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1989.

DANTAS, Jose Carlos de Souza. **Qualidade do atendimento nas agências de viagens**: uma questão de gestão estratégica. São Paulo: Roca, 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Inventário da oferta turística (INVTUR)**. Brasília: Ministério do Turismo, 2011.38p.

EMBRATUR (2006). **Movimento de passageiros, segundo os transportes rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, no Município do Rio de Janeiro**.

FRÉMONT, A. **A região como espaço vivido**. Portugal: Livraria Coimbra, 1980.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO, TURISMO, ESPORTE E CULTURA DE BOA VISTA-FETEC. **Relatório da Oferta Turística do Município de Boa Vista**. Boa Vista: [s.n], 2011.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **Geographia**. Ano I, no. 1. 1999. p. 15-39. (Revista Eletrônica). Disponível em: <www.uff.br/etc> Acesso em: 20 de jul 2012.

IBGE. **Banco de Dados**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 out. 2011.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, Pioneira, 2000.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2007.

Ministério do turismo. **Conceito de meios de hospedagem**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/legislacao/downloads_legislacao/Regulamento_geral_meios_hospedagem.pdf>. Acesso: em 23 de jul. 2012.

Ministério do Turismo. **Inventário da Oferta Turística – Estratégia de Gestão**. Brasília, MTur, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.